

**Operação Esperança Equilibrista:  
controvérsias da comunidade da UFMG****Operação Esperança Equilibrista:  
controversies of the UFMG community**Ives Teixeira SOUZA<sup>1</sup>**Resumo**

O artigo discute a formação de uma comunidade em torno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) após a deflagração da operação policial denominada “Esperança Equilibrista”. Para tanto, discute o conceito de comunidade de Esposito, em que a relação entre os sujeitos se dá pela relação de dever diante do medo. Para entender a dinâmica dessa comunidade, que surge pelo ato do discurso, o artigo utiliza a Teoria Ator-Rede com o objetivo de rastrear a dinâmica dos atores que fizeram emergir a comunidade. Dessa maneira, busca cartografar as controvérsias dessa comunidade - quem é fonte, quem é mobilizado, como a rede atua e adquire visibilidade - em torno da Operação Esperança Equilibrista a partir de mídias jornalísticas.

**Palavras-chave:** Operação Esperança Equilibrista. Teoria Ator-Rede (TAR). UFMG.

**Abstract**

The article discusses the formation of a community around the Federal University of Minas Gerais (UFMG) after the police operation called “Esperança Equilibrista”. Therefore, it discusses Esposito's concept of community, in which the relationship between the subjects occurs through the relationship of duty in the face of fear. To understand the dynamics of this community, which arises from the act of discourse, the article uses the Actor-Network Theory in order to track the dynamics of the actors that made the community emerge. In this way, it seeks to map the controversies of this community - who is the source, who is mobilized, how the network operates and acquires visibility - around Operação Esperança Equilibrista by the journalistic media.

**Keywords:** Operação Esperança Equilibrista. Actor-network theory (ANT). UFMG.

**Introdução**

“Não há de ser inutilmente”. É esse o verso da música “O bêbado e a equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, que melhor resume aquele 6 de dezembro de 2017. Nada tinha sido por acaso: da escolha do nome à forma como foi realizada a

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM-UFMG).  
E-mail: ives@ufmg.br

mobilização contrária à Operação Esperança Equilibrista (OEE). A OEE foi realizada pela Polícia Federal (PF), conjuntamente com a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de produzir provas para o inquérito responsável por investigar suposto desvio de dinheiro público da construção do Memorial de Anistia Política do Brasil (MAP), do Ministério da Justiça (MJ), cuja implantação, desde 2009, estava sob responsabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O local definido para o museu foi o prédio conhecido como “Coleginho”, onde funcionou a Escola de Aplicação da UFMG, no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte, ao lado do antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), local de referência contra a ditadura militar (COVEMG, 2017).

Logo após a deflagração da OEE, protestos foram realizados na porta da Superintendência Federal em Belo Horizonte (BH), no prédio da Reitoria da UFMG e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Inúmeras instituições também se manifestaram de maneira contrária ao modo como foi realizada a OEE. Restava o meu desejo de entender a mobilização apresentada pela comunidade acadêmica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diante da dificuldade de encontrar respostas para o que estava acontecendo, surgiram inúmeras questões, entre as quais que noção de comunidade era aquela que mobilizou tantas pessoas e instituições e como esse sentimento de comunidade emergiu tão rapidamente.

Este trabalho parte da perspectiva sobre comunidade cunhada por Esposito (2003), em que a relação entre os sujeitos não se dá pelo que eles têm em comum, mas pela relação de obrigação, dever, que surge pela incompletude, pelo medo de algo. Por isso, a comunidade acadêmica é entendida aqui como algo que surge no ato do discurso para abordar aspectos afetivos e solidários de pertencimento em relação à UFMG. Portanto, sempre incompleta e formada pelo ato enunciativo daqueles que dela participam, apenas sendo possível entendê-la quando busca-se rastrear a dinâmica de seus atores em rede.

Para perceber como essa comunidade se manifesta, este trabalho também parte da perspectiva teórica-metodológica abordada por Latour (2012), a Teoria Ator-Rede (TAR). Nesse cenário, o social não é algo que já está dado, ele precisa ser explicado. Precisa-se chegar a ele a partir do rastreamento das controvérsias que formam esse coletivo. Daí que surge a necessidade de analisar a rede, que é conformada pela ação

dos atores (que podem ser humanos e não-humanos) - que só agem diante das controvérsias.

Neste artigo, portanto, ao entender a comunidade acadêmica da UFMG como o social, a proposta é rastrear, cartografar as controvérsias em torno dessa comunidade para tentar perceber quais são os atores que agem, quais são as redes e os sentidos formados, entendendo a própria OEE como uma controvérsia. Dessa maneira, o trabalho passa a ser uma tentativa de cartografia das controvérsias em torno da OEE, que segue os rastros dos atores envolvidos na operação, sejam eles a PF, a CGU, a Comissão da Anistia, a UFMG. Para tanto, os atores são seguidos nas mídias jornalísticas. Foram selecionados todos os textos jornalísticos que têm como tema a OEE de três portais de notícias: BHAZ, O Tempo e Folha de São Paulo, publicados nos dias 6 e 7 de dezembro de 2017.

### **A comunidade equilibrista**

Quarta-feira. 06 de dezembro de 2017. Seis horas da manhã de um dia chuvoso na capital mineira. A PF, a CGU e o TCU realizavam a Operação Esperança Equilibrista (OEE). Os agentes cumpriam 11 mandados de busca e apreensão e nove de condução coercitiva pelas ruas de BH contra técnico-administrativos e professores da UFMG, incluindo o reitor Jaime Ramirez e a vice-reitora e reitora eleita Sandra Goulart. Segundo esses órgãos, as obras de construção, reforma de edifícios e produção de conteúdo para exposição permanente sobre a memória do processo de anistia e a ditadura militar brasileira (1964-1985) orçadas inicialmente em cinco milhões de reais, já estavam em 30 milhões<sup>2</sup>. Desse valor, quase 20 milhões, de acordo com a CGU, já haviam sido utilizados. A partir de uma leitura do que aconteceu após a deflagração da OEE, percebemos a emergência de uma certa comunidade acadêmica da UFMG. A busca pelo entendimento do que representou essa emergência fez com que fosse necessário, primeiramente, tentar entender que comunidade é essa que se mostra, à primeira impressão, tão coesa.

Para seguir os rastros dessa comunidade é necessário refletir sobre o conceito de comunidade acadêmica e suas variações. A dificuldade em precisar um conceito deve-se

---

<sup>2</sup> O Ministério Público Federal arquivou, em junho de 2020, ao alegar ausência de provas, os inquéritos penal e civil realizados no âmbito da Operação Esperança Equilibrista.

muito à definição sobre a “academia”, isto é, o termo que qualifica a “comunidade”. Que academia é essa, suas características, sua identidade? Sousa (2010) afirma que o conceito de comunidade acadêmica é errático, diante da característica híbrida que possui, com vários fatores recontextualizando seu significado, ao mesmo tempo em que não há pesquisas que busquem atualizar o conceito. O conflito ao definir essa comunidade acadêmica é representado, inclusive, no próprio Estatuto da UFMG, quando a Universidade é definida pelo artigo 5<sup>a</sup> como “comunidade de professores, alunos e pessoal técnico e administrativo.” (UFMG, 1999, s/p.). Apenas no artigo 68, o Estatuto explica um pouco mais sobre o que seria essa comunidade: “A comunidade universitária é constituída pelo corpo docente, pelo corpo discente e pelo corpo técnico e administrativo, diversificados em função das respectivas atribuições e unificados no plano comum dos objetivos da Universidade.” (UFMG, 1999, s/p.). É possível definir um objetivo comum que unifica a universidade, como proposto pelo Estatuto?

Nos estudos sobre comunicação, Yamamoto (2014) ressalta, a ideia geral é de algo anterior, comum, que une a comunidade, seja a partir de eventos acidentais em um território ou a partir de uma manifestação espontânea do coletivo. Essa noção reflete dos estudos de Ciência Social do século XIX, de autores como Marx, Tonnies, Weber, entre outros, em que a verdade da comunidade é legitimada apenas pela vontade comum das pessoas. É uma perspectiva que, muitas vezes, desconsidera as diferenças das relações em rede entre os sujeitos que originaram a comunidade. Seria como pensar a comunidade da UFMG como uma rede homogênea, sem suas contradições e sujeitos sempre em ação.

Inclusive, essa perspectiva em que a comunidade é o ponto de partida para entender o social permitiu a consolidação das Ciências Sociais, em estudos sobre religião, lei, linguagem, personalidade, territorialidade, como lembra Yamamoto (2014), potencializados no século seguinte. Foi essa perspectiva de comunidade que Esposito (2003) chamou de substancialista, em que a comunidade é formada por algo próprio - como identidade, território - homogêneo e que precisa ser recuperado.

Para solucionar a limitação desse conceito, Esposito percebe que os novos problemas colocados em discussão sobre comunidade, como a exclusão das diferenças a partir de uma vontade comum, exigia outra visada sobre o termo. Assim, o conceito de comunidade assume um sentido de vínculos entre os sujeitos e não absolutamente como formação histórico-social particular. É a perspectiva dessubstancialista. Esposito (2003)

toma como partida a origem do termo latino *Communitas*. *Cum* quer dizer com, com os outros, um em relação ao outro, juntos. Já o termo *munus* oferece a ideia de dever, função, obrigação. É a relação recíproca entre o um e o outro, um engajamento comum que forma a comunidade. Nessa perspectiva, não é o que os sujeitos têm em comum que os fazem pertencer à mesma comunidade, mas a relação do dever, da obrigação, que surge da falta, da incompletude, da ausência, do medo.

Seria o medo propiciado pela OEE a motivação que mobilizou a comunidade acadêmica da UFMG? Estariam os sujeitos reunidos em prol de um objetivo que os envolve (a UFMG, a universidade pública) como uma reação inicial diante de uma ação anterior inesperada? Como explica Esposito (2003), é a união que neutraliza o perigo e fortalece a ideia de esperança, que não é o oposto de medo, apenas sua consequência. Mas essa relação de união diante do medo não está prontamente estabelecida entre todos os sujeitos da comunidade. Por isso, como aponta Marques e Martino (2017), não se pode negar que o “estranho” não é só quem está do lado de fora da comunidade, mas aquele que dentro da comunidade não estabelece a ideia de reciprocidade - o imune, a *immunitas*, caracterizada pelo individualismo contra o outro, uma imunidade ao outro.

Dessa maneira, a comunicação atuaria enquanto elemento compartilhador dessa reciprocidade com as outras pessoas, de modo a instaurar novos vínculos a partir da visibilidade. Sendo a comunicação dentro da comunidade instrumento, segundo os autores, de “definição/transmissão/compartilhamento do *múnus* existente entre a comunidade [...] e entre aqueles que pertencem à extensão potencial do *múnus*.” (MARQUES; MARTINO, 2017, p.8). Daí a importância de analisar a relação entre os sujeitos da comunidade a partir dos elementos comunicacionais, como neste trabalho, já que aos outros que não são atingidos pela reciprocidade perdem o vínculo da caracterização com a comunidade.

Portanto, tornou-se necessário acionar diversas redes textuais para tentar rastrear essa comunidade da UFMG. Ao entender que o jornalismo pode fornecer pistas sobre a realidade, compreendemos esses textos enquanto perpassados pela mediação. Ao mesmo tempo em que esses textos compartilham significados para as pessoas que estão fora da comunidade, atuam de modo a modificar as práticas daqueles que fazem parte da comunidade. Enquanto o jornal publica sobre as inconclusões das declarações dos delegados da PF sobre a OEE, a comunidade está em transformação, adquirindo ou perdendo membros, solidificando ou não suas relações de reciprocidade diante do outro.

Assim, a comunicação atualiza os códigos que regem os indivíduos e suas práticas na sociedade, de modo a rever posições e argumentos, alterando “as formas de representar, interpretar, e significar o mundo tomado em sua complexidade.” (MARQUES; MARTINO, 2017, p.8).

A definição de comunidade parece, então, neste artigo buscar o desencontro existente entre a noção de comunidade enquanto coexistência (de uma promessa de algo “que vem”, de uma comunidade que está por vir, construída em uma rede heterogênea) e da ideia de comunidade em que os membros possuem uma identidade comum (lutas específicas, interesses compartilhados e afetos mobilizados no presente), como lembra CÂMARA *et. al.* (2018). Apenas parece, visto que permanece a ideia de “integração a uma rede na qual o impacto da ação de um dos nós é, ao mesmo tempo inevitável, imprevisível e incontrolável, produzindo efeitos que se propagam por todos os outros.” (CÂMARA *et. al.*, 2018, p. 55).

Portanto, quando se fala em “comunidade acadêmica da UFMG” é sobre essa noção discursiva de comunidade a que nos referimos, que surge no ato do discurso para contemplar aspectos afetivos e solidários de pertencimento à UFMG, formando elementos de identificação desse grupo. É uma comunidade unida pela temporalidade em relação a UFMG. A definição passa por uma integração em rede, em que a comunidade é sempre incompleta, constituída pelo ato enunciativo dos participantes, sempre atualizada pela comunicação. Uma comunidade sempre instável, indisciplinada, que só é entendida quando analisada a partir do rastreamento da dinâmica de seus atores em rede (LATOURE, 2012). Podemos relacionar a ideia de sociedade, dessa forma, a partir da dinâmica de seus atores, como lembra Latour (2012). Para ele, o social não é entendido pelo que já está estabelecido, mas sim pelas incertezas dos grupos, dos fatos, das ações. Portanto, o que Latour chama por social, e todo o movimento necessário para entendê-lo, é utilizado neste artigo para fazer emergir a conexão entre os sentidos que formam essa comunidade da UFMG, a partir da investigação dos movimentos desses atores.

Para fazer o rastreamento da emergência dessa comunidade instável é preciso entender melhor a retomada proposta pela perspectiva teórica-metodológica abordada por Latour (2012), a Teoria Ator-Rede (TAR). Para o autor, a noção primitiva do significado de social precisa ser analisada novamente, já que passou a ser utilizada pelos cientistas sociais como um simples adjetivo sobre a natureza, a qualidade do que foi

agregado. Em outras palavras, a palavra “social” é utilizada para designar uma associação estável capaz de explicar outro fenômeno e não o movimento de agregação de conexões, abordada pela TAR. O que não se consegue dizer sobre, passa a ser explicado pelo social que está dado. O desafio, dessa forma, para chegar ao social passa a ser o rastreamento das conexões que formam o coletivo. Pela perspectiva da TAR, então, não é possível definir a comunidade da UFMG mobilizada pela OEE sem antes ir atrás desse social. É preciso analisar as ações, as associações e as redes formadas para reunir os elementos daquela circunstância, em determinado espaço temporal, para, realmente, compreender seus significados.

Para fazer isso adequadamente, é fundamental entender outros conceitos da TAR, como controvérsias, ator, rede e coletivo. É possível afirmar que a associação entre os atores forma uma rede. Ator é todo aquele que age, que modifica e influencia essa rede e pode ser tanto humano quanto não-humano. Isso significa que, para a perspectiva da TAR, qualquer coisa pode modificar a rede e, portanto, agir. Latour (2012) destaca que o ator não-humano “não deve ser do tipo associado até hoje a coisas concretas ou objetos naturais” (LATOURE,2012, p.29) e sim associada a ação do ator. Diante disso, os textos jornalísticos analisados neste artigo podem, por exemplo, ser considerados atores, assim como seus elementos textuais, desde que ajam diante de uma controvérsia. Enquanto isso, rede adquire o sentido não de local de passagem de algo, mas do resultado das ações entre os atores. Dessa maneira, cada ator é formado pelas redes à qual está associado e sua rede é mais forte à medida que mais atores modificam essa mesma rede. É a rede, como esse espaço temporal das ações, que permite a emergência do social. Como destacou Latour (2012), a rede não é exatamente o social, ela apenas auxilia para essa compreensão.

Quando essa rede de atores está como em uma unidade, sem novas ações, ela está estabilizada (atua como uma caixa-preta, como algo dado). Mas ela pode ser desestabilizada quando surgirem novas controvérsias (abre-se, portanto, a caixa-preta). As controvérsias são o que faz os atores agirem. É aquilo que provoca a ação desses atores e, portanto, peça-central para rastrear as conexões. Para estudá-las é preciso amarrar e desamarrar conexões formadas, “onde a maior e mais diversa seleção de atores está envolvida; onde as alianças e oposições se transformam sem muita prudência; onde nada é tão simples quanto parece; onde todos estão gritando e brigando; onde conflitos crescem de maneira áspera”. (VENTURINI, 2010, p.262).

Portanto, a proposta é rastrear as controvérsias em torno da formação desse coletivo que emergiram após a realização da OEE, que chamamos de comunidade, por meio de análises de textos jornalísticos. Ao assumir a noção de coletivo de Latour (2012) como formulador da noção de comunidade tem-se que essa comunidade não é dada pelo fenômeno em si, nem apenas por aquilo que os textos jornalísticos dizem ser essa comunidade. A forma dessa comunidade surge pelos rastros textuais gerados a partir dos textos jornalísticos selecionados como corpus para a pesquisa. Daí a importância de observar atentamente os instrumentos, os artifícios utilizados pelos atores para permitir identificar melhor as controvérsias.

### **Cartografando na corda bamba**

Em busca de rastrear a controvérsia em torno da OEE, o objetivo a seguir é tentar perceber certa discursividade social presente no jornalismo e também nas redes sociais em relação à comunidade formada após a emergência da controvérsia da OEE. Como essa comunidade se emerge, com quais objetivos, mobilizando quais outros atores. Para tanto, foram selecionados os textos publicados sobre a OEE nos dias 6 e 7 de dezembro - quando é possível perceber essa ideia de comunidade mobilizada pela OEE - nos portais jornalísticos BHAZ, O Tempo e Folha de São Paulo. A escolha por analisar essas mídias permite buscar as diferenças e recorrências de sentidos e interpretações em relação a portais com atuação de referência local, estadual e nacional, respectivamente.

As matérias jornalísticas publicadas no início da manhã de 06 de dezembro sobre a OEE tiveram como fonte principal o release divulgado pela PF sobre o assunto. São anunciados o número de agentes envolvidos na operação, o objetivo da operação e o cumprimento de mandados de condução coercitiva. Mas quem seriam as pessoas conduzidas? Para dar conta dessa informação as mídias utilizam de estratégias diferentes. Enquanto O Tempo, na primeira matéria publicada às 8h33, afirma que entre os conduzidos estariam o reitor e a vice-reitora da UFMG (PF, 2017), mais de duas horas depois, às 10h44, o BHAZ afirma no título, com letras garrafais: “URGENTE! Reitor e vice-reitora da UFMG são conduzidos pela Polícia Federal nesta manhã”. A informação, que de acordo com o texto, não tinha sido confirmada pela universidade, teve como fonte as redes sociais, onde “professores e integrantes da comunidade

acadêmica denunciam a ação por meio das redes sociais.” (DINAH, 2017, s/p.). Pela primeira vez, portanto, fica evidenciada a presença dessa comunidade na emergência da controvérsia. É essa comunidade que, pelas redes sociais, denuncia a condução e ao mesmo tempo em que convoca a si própria, se faz surgir para protestar em frente à sede da PF.

A partir desse momento, diante da ausência de novas informações confirmadas por fontes oficiais como a PF e a UFMG, a atenção volta-se para esse coletivo que surge na PF. No início da tarde, O Tempo atualiza a primeira matéria e divulga fotos da vice-reitora deixando a sede da PF. Em seguida, às 12h16, o portal publica texto que destaca o movimento que pedia a liberação dos conduzidos. Se anteriormente o termo utilizado era condução coercitiva, o texto passa a utilizar “prisões coercitivas”. Os participantes do protesto são chamados de “professores, ex-alunos e atuais alunos” que afirmaram não entender a prisão dos professores sem que fossem convocados anteriormente pela PF. Além das fotografias que retratam a aglomeração de pessoas, foi produzido um vídeo em plano-sequência em que os manifestam gritam “Soltem os professores” (OLIVEIRA; CAMILO; FARIA, 2017)<sup>3</sup>.

O protagonismo da controvérsia da OEE, mesmo que momentaneamente, passa a ser pela primeira vez dessa comunidade que se apresenta enquanto resistência e solidariedade e que grita palavras de ordem como se os professores realmente estivessem presos, não apenas prestando depoimento. Mas esse protagonismo perde lugar para a coletiva realizada pelos responsáveis pela OEE, quando o delegado afirma que houve irregularidades já comprovadas no pagamento de bolsas de pesquisa. No texto PF apura desvio de R\$ 4 milhões destinados a bolsas de estágio, publicado às 13h46 no O Tempo (FARIA, 2017), se a comunidade não aparece diretamente, ela surge indiretamente quando os questionamentos realizados no protestos são apresentados ao final do texto em quatro perguntas: Quem foram os beneficiados pelos supostos desvios de verba pública no Memorial da Anistia Política do Brasil? Para onde esse dinheiro teria sido desviado? Quantas bolsas de estudo teriam sido usadas para o desvio dos recursos destinados ao memorial? Por que os suspeitos de envolvimento nos desvios não foram chamados para prestar esclarecimentos antes de serem conduzidos coercitivamente pela Polícia Federal? (FARIA, 2017).

---

<sup>3</sup> O vídeo “Manifestantes protestam contra condução de professores da UFMG na sede da PF” pode ser acessado pelo link a seguir. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VTnyWMem25Q>. Acesso em: 27 maio 2021.

Esse tipo de questionamento dentro do texto jornalístico é incomum. Apresentar as dúvidas que permanecem sobre a informação, para muitos, é divulgar algo que deveria ser apurado. É como se indicasse os próximos caminhos que os jornalistas deveriam percorrer para explicar essas dúvidas ao público. Apesar de singular, voltou a se repetir no primeiro texto divulgado pela Folha de S. Paulo sobre a OEE. Publicada às 15h26 e atualizada às 18h49, PF conduz reitor e vice da UFMG para depor sobre suposta fraude em obras apresenta os questionamentos que ficaram sem resposta na coletiva. “A Folha questionou a PF sobre o que pesava contra as pessoas que foram conduzidas coercitivamente e qual a base para elas, mas não houve resposta até a publicação da reportagem.” (TOLEDO, 2017a). Algo curioso na cobertura da Folha de S. Paulo sobre a OEE é que o texto não é assinado pela correspondente do jornal em BH, nem por alguém na sede do jornal, na cidade de São Paulo, mas por jornalista que estava em Ribeirão Preto. Nem por isso deixou de afirmar que os conduzidos pela PF “foram defendidos por entidades acadêmicas e sindicatos”, “professores e servidores em frente à superintendência da PF” (TOLEDO, 2017a), que, inclusive, compararam a OEE à realizada em Santa Catarina, a Operação Ouvidos Moucos (OMM), que foi realizada para apurar um suposto esquema de desvio de recursos da UFSC dos anos de 2016 e 2017. A comparação com a OOM é necessária para a reflexão sobre a rápida reação da comunidade da UFMG para defender os gestores da instituição. Afinal, existia o conhecimento anterior sobre as consequências da operação realizada em Santa Catarina e os riscos que a espetacularização midiática comandada pela PF poderia trazer para a universidade. Por isso, ao longo dos dois dias, foi possível perceber a tentativa de alguns atores de atuar na controvérsia gerando uma ideia de uma comunidade em consenso.

Em uma extensa matéria, publicada no final da tarde, às 16h47, o portal BHAZ destaca amplamente os protestos e a força dessa comunidade emersa pela OEE. O título “Reitores depõem e movimentos protestam contra operação que investiga desvios na UFMG” indica isso ao afirmar que os atos de depor e protestar foram simultâneos e se equipararam na narrativa. (D’OLIVEIRA, 2017). A discussão dessa comunidade para controlar a controvérsia, que é expandida pela mídia, é fazer suscitar as questões que levaram à realização da OEE. Na matéria do BHAZ após dizer que “funcionários da UFMG e militantes de sindicatos” (D’OLIVEIRA, 2017) manifestaram-se pela manhã, há uma fala da coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais

de Ensino Superior de Belo Horizonte (Sindifes) que afirma ser a operação um ataque à universidade pública, ao dizer que a UFMG sempre seguiu as recomendações dos órgãos de controle. O mesmo texto apresenta um deslocamento dessa comunidade da sede da PF para a ALMG, onde foi realizada entrevista coletiva com representantes de sindicatos ligados à universidade, como o Sindicato dos professores de universidades federais de Belo Horizonte (Apubh) e Sindifes, e deputados da Comissão de Direitos Humanos, e posteriormente para o campus Pampulha da UFMG, onde foi dado um abraço simbólico ao prédio da Reitoria. (D'OLIVEIRA, 2017).

Uma das novas questões levantadas foi o fato do crime cometido pela UFMG ser a compra de um livro, como afirmou a representante da Apubh e professora da universidade Eli Iola Gurgel: “Perguntamos ao delegado qual era a prova do desvio de recursos. Para nossa surpresa ele disse que era um livro.” (D'OLIVEIRA, 2017). Também reportando a coletiva, outra matéria do O Tempo, publicada às 18h45, reforçou a ideia que a OEE tinha objetivos políticos. A representante do Sindifes, Cristina del Papa, destacou que a universidade se mostrou contrária aos cortes de gastos e fez relatório apresentando os impactos da proposta do Governo Federal de alterar a legislação em relação aos gastos públicos. (FONTES, 2017).

Se a vingança política foi apresentada como motivo para a operação pela comunidade da UFMG ao longo da tarde, no fim da noite, às 23h22, o BHAZ divulgou texto do colunista Orion Teixeira em que foram discutidos os aspectos jurídicos da OEE. “Não compete à polícia recorrer à força para ouvir depoimentos e apurar, muitos menos prejudicar, como fizeram na entrevista coletiva” (TEIXEIRA, 2017), afirmou o colunista, que ilustrou a coluna com fotografia da comunidade reunida em torno do prédio da Reitoria da UFMG, no final da tarde.

Se no primeiro dia a narrativa dessa comunidade foi sendo construída juntamente com a imprensa, a cobertura sobre as ações dessa comunidade (que realizou ato de apoio à universidade na entrada da Reitoria - onde houve reunião extraordinária do Conselho Universitário da UFMG) é bem menor se comparado ao dia anterior. No final da manhã, o portal BHAZ destacou em nova matéria que diversas instituições se manifestaram ao longo do dia anterior em apoio à UFMG e convocou o leitor a ler as mensagens em uma aba especial no portal da universidade. (FÓRNEAS, 2017). No meio da tarde, às 15h20, a Folha de S. Paulo publicou as respostas da PF sobre questionamento feito no dia anterior pelo jornal. Sob título Depor é menos oneroso que

prisão, diz Polícia Federal sobre reitor da UFMG, a Folha mostrou a ironia da PF em relação ao caso, ao apresentar o tom de ameaça da polícia (TOLEDO, 2017a). Quando indagada sobre a motivação da condução coercitiva, a PF respondeu que a opção foi uma escolha menos onerosa para o Estado, se comparado com a prisão temporária, e ainda afirmou que “No decorrer das investigações poderão surgir novos elementos que justifiquem pedidos de prisão temporária ou preventiva dos investigados.” (TOLEDO, 2017a). Foi a reação da PF diante da narrativa desenvolvida pela comunidade da UFMG, de uma comunidade em consenso, em harmonia para defender a universidade.

Dos três últimos textos referentes à OEE publicados dentro do corpus analisado, dois dizem sobre a nota de repúdio ao uso do termo “Esperança Equilibrista” como título da operação. O Tempo publicou às 18h30 e a Folha de S. Paulo às 19h04 sobre o tema (TOLEDO, 2017b; JOÃO, 2017). Na nota, que foi detalhada pelos textos, o compositor João Bosco afirmou que a música escrita por ele e Aldir Blanc representa a luta pela democracia (BOSCO, 2017). Ao reafirmar o que a comunidade acadêmica disse ao longo dos dois últimos dias sobre o uso político da operação para atingir a universidade pública e o processo democrático na qual ela está inserida, a fala de Bosco (2017) corrobora para a atuação na controvérsia por parte da comunidade acadêmica. Afinal, a narrativa proposta pela comunidade ganha novos atores e permanece em visibilidade midiática.

Com o título “UFMG se une em repúdio à Polícia Federal”, publicado às 21h14, o texto do O Tempo mostra uma coesão institucional dentro dessa comunidade (ALVES, 2017). O abraço simbólico realizado no dia anterior e a reunião do Conselho são os temas centrais para mostrar que até mesmo as divisões políticas internas foram interrompidas. Foi citada a presença de vários antigos reitores na reunião e denunciada a “brutalidade” com que foi feita a condução coercitiva. “O reitor foi jogado no chão, a vice-reitora saiu de casa sem poder ser acompanhada por advogados, pelo marido, assim aconteceu com outros”. “Eles trataram as pessoas como criminosos, o que não fazem com bandidos soltos por aí” (ALVES, 2017), afirmou para a publicação Cristina Del Papa, representante do Sindifes. A brutalidade física da PF, que pouco tinha sido mencionada anteriormente, também auxilia para a narrativa proposta pela comunidade acadêmica. Ainda mais em um momento que a cobertura jornalística sobre a OEE fica espaçada. Portanto, em um momento em que a controvérsia aparenta estar estabilizada

(na caixa-preta) a proposta inicial da comunidade acadêmica de defender a universidade pareceu exercer o controle sobre a narrativa da controvérsia.

### **Considerações finais**

Ao buscar os nós da controvérsia sobre a OEE, cartografando a rede para fazer emergir dela informações sobre a comunidade que surgiu após a realização da OEE, temos que essa comunidade não é tão bem definida quanto no Estatuto da universidade, que diz ser a comunidade universitária o corpo docente, discente e técnico-administrativo unificados em seus objetivos.

Parece ser o vínculo afetivo das pessoas em relação à UFMG que permitiu a união na porta da PF, por exemplo. Com poucas informações sobre o que acontecia até aquele momento e as pessoas levadas coercitivamente, o afeto pela universidade fez com que elas se unissem em um local que não o ambiente comum quando o assunto é a UFMG. Mas houve também, no movimento dessa comunidade, a necessidade de ocupar o território capaz de unir os elementos em torno da UFMG, que não por acaso foi local de um dos atos de protestos realizados, o prédio da Reitoria.

Ao mesmo tempo em que a questão em torno da comunidade da UFMG passa pelo território, o afeto também está presente também em manifestações de associações que não representam oficialmente a universidade, como o compositor João Bosco. O abraço simbólico em torno do prédio da Reitoria, por exemplo, pode ser caracterizado tanto quanto um ato marcado pelo território - a Reitoria enquanto prédio da Administração Central da Universidade - e o sentimento que uniram todas aquelas pessoas ali, como o medo, que como lembra Esposito (2003) faz surgir a esperança de que aquele ato não seria inútil. Conforme apresentado, não é possível dizer que a totalidade dos alunos, dos professores e dos técnicos, de fato, se sentiram representados, já que há grupos e pessoas que se nomeiam enquanto representantes da UFMG. São os sindicatos que aparecem, legitimados pela mediação jornalística, enquanto defensores da instituição.

Na tentativa de desvendar essa rede encontramos um objetivo capaz de unir esse coletivo, a defesa da UFMG. Em um momento em que se sentiu atacada pela OEE, com medo, foi formado essa comunidade. Numa relação de dever, como lembra Esposito (2003), a comunidade surgiu diante do medo das consequências que a OEE geraria.

Imediatamente, também surgiu a esperança, que para o autor é consequência do medo. Em uma comunidade que surge por meio do discurso para defender a universidade, conseguir unificar o modo de ação desse social não é o principal objetivo, que passa a ser a defesa da instituição - o que foi feito.

Em um primeiro momento, muito desse medo surge diante da ausência de respostas conclusivas sobre a OEE. Os órgãos policiais e de controle pouco explicam, de fato, as motivações da operação para além da superficialidade. Do mesmo modo que a instituição UFMG não acrescenta informações em suas notas, até mesmo por não saber o que estava acontecendo, já que os reitores estavam prestando depoimento coercitivamente. Assim, a universidade passou a ser representada por essa comunidade que se emergiu após a deflagração da OEE. Mesmo sem saber ao certo o que estava acontecendo houve uma união - presencialmente ou por meio de mensagens de solidariedade enviadas para a universidade.

O esforço em comum dessa comunidade - em que atuam diversos atores, inclusive a instituição UFMG - fica mais evidenciado no ato realizado na Reitoria no fim da tarde. É nesse momento que se unem o ato oficial da universidade, com a fala do reitor Jaime Arturo - que depois é divulgada para a imprensa pela universidade - e o abraço simbólico dessa comunidade, que se reuniu em frente ao principal prédio administrativo da universidade para protestar. Portanto, a mobilização da comunidade foi estratégica junto aos esforços institucionais da UFMG de fazer a defesa dessa instituição.

A questão que permanece é saber qual é a medida dessa comunidade, qual é o catalisador que a faz agir pelo medo para cumprir seu objetivo principal que é a defesa da UFMG. O que inicia essa mobilização é quando uma ação policial considerada autoritária é realizada ou quando as consequências dessa ação prosseguem por processos em outras instâncias da administração pública contra pessoas que comandam a instituição? Como é possível perceber, este artigo aponta menos certezas e mais caminhos para outras respostas sobre a OEE e as questões que surgem sobre a emergência dessa comunidade da UFMG.

## Referências

ALVES, Franciny. UFMG se une em repúdio à Polícia Federal. **O Tempo**, Belo Horizonte, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/ufmg-se-une-em-repudio-a-policia-federal-1.1550824>. Acesso em: 30 out. 2019.

BOSCO, JOÃO. Nota de repúdio à Operação Esperança Equilibrada. 7 dez. 2017. **Facebook**:@oficialjoabosco. Disponível em: <https://www.facebook.com/oficialjoabosco/posts/148697685776638>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CÂMARA *et. al.* **Indicionário do contemporâneo**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2018.

COVEMG. Relatório final da Comissão da Verdade de Minas Gerais (v.5). Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte. CD-ROM. 2017.

DINAH, Eliza. URGENTE! Reitor e vice-reitora da UFMG são conduzidos pela Polícia Federal nesta manhã. **BHAZ**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2017/12/06/desvio-dinheiro-ufmg/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

D'OLIVEIRA, Rafael. Reitores depõem e movimentos protestam contra operação que investiga desvios na UFMG. **BHAZ**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2017/12/06/operacao-protestos-desvios-ufmg/>. Acesso em: 30 out. 2019.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2003, p. 214.

FARIA, Ana Luiza. PF apura desvio de R\$ 4 milhões destinados a bolsas de estágio. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pf-apura-desvio-de-r-4-milhoes-destinados-a-bolsas-de-estagio-1.1550136>. Acesso em 18 ago. 2019.

FONTES, Letícia. Servidores dizem que ação da PF na UFMG teve viés político. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 6 dez 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/servidores-dizem-que-a-%C3%A7%C3%A3o-da-pf-na-ufmg-teve-vi%C3%A9s-pol%C3%ADtico-1.1550245>. Acesso em: 26 maio 2019.

FÓRNEAS, Vitor. Movimentos protestaram contra a condução de profissionais da UFMG. **BHAZ**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2017/12/06/operacao-protestos-desvios-ufmg/>. Acesso em: 30 out. 2019.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução a Teoria Ator-Rede. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUSCA, 2012.

MARQUES, Ângela; MARTINO, Luís. 'Não fale com estranhos': solidariedade e comunicação entre identidade e alteridade. **Revista Famecos**, v. 24, nº2, p.1-21, 2017.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24930/152>  
17. Acesso em: 27 maio 2021.

OLIVEIRA, Natália; CAMILO, José Vitor; FARIA, Ana Luiza. Grupo pede liberação de professores da UFMG conduzidos pela PF. **O Tempo**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/grupo-pede-liberacao-de-professores-da-ufmg-conduzidos-pela-pf-1.1550109>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PF faz operação contra desvios no Memorial da Anistia da UFMG. **O Tempo**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pf-faz-operacao-contr-desvios-no-memorial-da-anistia-da-ufmg-1.1550047>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SOUSA, Sofia Branco. A ‘comunidade acadêmica’ como um conceito errático. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, Vol. XX, 2010, pág. 149-166. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8792.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

TEIXEIRA, Orion. PF recorre à força para apurar suposto desvio em memorial contra arbítrio. **BHAZ**, Belo Horizonte, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2017/12/06/coluna-do-orion-pf-recorre-a-forca-para-apurar-suposto-desvio-em-memorial-contr-arbitrio/>. Acesso em: 30 out. 2019.

TOLEDO, Marcelo. PF conduz reitor e vice da UFMG para depor sobre suposta fraude em obras. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 6 dez. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1941094-pf-conduz-reitor-e-vice-da-ufmg-paradepor-sobre-suposta-fraude-em-obras.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2019.

TOLEDO, Marcelo. Depor é menos oneroso que prisão, diz Polícia Federal sobre reitor da UFMG. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, 7 dez. 2017a. Disponível em: (<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1941416-depor-e-menos-oneroso-que-prisao-dizpolicia-federal-sobre-reitor-da-ufmg.shtml>). Acesso em: 17 ago. 2019.

TOLEDO, Marcelo. Cantor João Bosco critica uso de sua música para batizar operação da PF. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto. 7 dez. 2017b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1941562-cantor-joao-bosco-critica-uso-de-suamusica-para-batizar-operacao-da-pf.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2019.

UFMG. **Estatuto da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 4 mar 1999. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto>. Acesso em: 26 maio 2019.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, **Chichester**, vol. 19, n. 3, maio 2010, p. 258-273.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Sobre o conceito de comunidade na Comunicação. **Revista Famecos**, v. 21, p. 438-458, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/17333/1179>  
6. Acesso em: 26 maio 2019.